

EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSENSOS E VARIACIONES NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS

LUCIANA OLIVEIRA FREITAS MONTEIRO

Mestre em educação /UFPE, professora de educação infantil. luzdois002@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil por muito tempo assumiu uma função assistencial. No Brasil, historicamente sua oferta foi precária, marcada pelo atendimento compensatório e excludente. A Constituição de 1988 incorporou grande parte do debate e luta em defesa da criança como sujeito de direitos. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, a Educação Infantil tornou-se a primeira etapa da educação básica, deixou de ser de responsabilidade dos serviços de assistência social e passou a integrar os sistemas de educação.

A despeito dos avanços, mais de duas décadas de legislação, várias são as contradições entre a garantia do direito e a precariedade da oferta de Educação Infantil. Tendo em vista esse quadro pouco efetivo para com a infância, bem como o papel das famílias na busca por esse atendimento, neste texto, fruto de uma pesquisa mais ampla, procuramos identificar as representações sociais de Educação Infantil, construídas por pais e mães de crianças, usuárias de instituições públicas e privadas, examinando consensos e possíveis variações dessas representações.

Adotamos a Teoria das Representações Sociais de S. Moscovici, particularmente, a abordagem psicossocial de W. Doise. Essa vertente articula explicações de ordem individual as de ordem societal. Evidencia que os processos usados pelos indivíduos em sociedade, são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais). Doise (2002 p. 30) define representações sociais como “[...] princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos, que influenciam as tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas que interferem nas relações sociais.”

METODOLOGIA

Desenvolvemos um estudo qualitativo delineado como de campo com 31 sujeitos, majoritariamente mães de crianças (29) matriculadas em instituições públicas e privadas de educação infantil. Utilizamos como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada. Foram 16 mães de crianças de instituições públicas e 15 com matrícula em instituições privadas.

O nível de instrução da maioria das mães de crianças matriculadas em instituições públicas era o ensino fundamental incompleto e o nível predominante das do segundo grupo de mães era o superior. Como

procedimento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. Os depoimentos, organizados em categorias temáticas (Bardin, 2004), permitiram identificar consensos e variações das representações de Educação Infantil do grupo pesquisado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Organizamos cinco categorias, quais sejam: a) Educação Infantil como base; b) Atividades desenvolvidas na instituição; c) Acompanhamento e participação na dinâmica da instituição; d) Critérios para a escolha da instituição; e) Função do Professor de Educação Infantil. Nos limites deste texto abordarmos a primeira categoria, *Educação Infantil como base*.

Foi consenso no grupo pesquisado o valor da Educação Infantil, pois constitui a primeira fase da educação formal, contribui para o pleno desenvolvimento da criança, é a base da sua formação. É consenso no grupo que a frequência da criança à Educação Infantil favorece a descoberta do eu e do outro, o desenvolvimento de aspectos físicos, cognitivos, sociais, afetivos e motores etc. Permite as primeiras interações fora do espaço familiar e enriquece a linguagem. Ressaltam, ainda, que a frequência as instituições de educação complementa a educação oferecida no contexto familiar. Conforme Bujes (2001) e Hadadd (2006), a legislação e a literatura vigentes defendem o cuidar e o educar como processos complementares e indissociáveis.

Mesmo que os dois grupos de famílias tenham apresentado consenso em relação ao valor da educação infantil, no intergrupo há variações nessas representações, ou seja, os grupos de pertença desses sujeitos justificam essas variações. O grupo de mães das instituições públicas atribui à Educação Infantil a possibilidade de ascensão social. Afirmam que as crianças, nessas instituições, além da oportunidade de aprender, ficam distantes da marginalidade e criminalidade da rua. A representação social de Educação Infantil desse grupo está ancorada em funções tradicionais de escolarização e preparação para o futuro. Tal representação assemelha-se a de educação compensatória, vinculada à teoria da privação cultural vigente nos anos 1970. Tal vertente concebe educação infantil como “terapêutica” contra as carências culturais das crianças das classes populares. (KRAMER, 1982).

O grupo de pais e mães com filhos em instituições privadas representa a Educação Infantil como um espaço de desenvolvimento, aprendizagem e complementação da educação familiar. Para esse grupo, a Educação

Infantil é um lugar no qual a criança se desenvolve e aprende. O grupo faz referências a uma criança atual e não ao que será no futuro. Reiteram que a educação infantil é um complemento, uma ampliação do trabalho das famílias.

Os depoimentos desse grupo estão próximos dos princípios preconizados pela legislação e recomendados pela literatura para essa etapa educacional. Essa representação vincula-se à sua condição de classe social. Outras variáveis influenciam suas representações: formação em áreas afins à educacional; comunicação disseminada entre a população sobre sua importância.

Constatamos que embora haja um consenso nos grupos sobre a importância da educação infantil, como base, lugar organizado e específico para promover o desenvolvimento das crianças, com atividades que favorecem o desenvolvimento e a socialização é possível observar algumas variações entre os grupos e intragrupos. Entre os pais e mães com filhos em instituições públicas, a Educação Infantil é representada com um viés escolarizante, preparatória para escola futura. A possibilidade de ascensão social, futuro profissional melhor para os filhos, foi marcante nas representações desse grupo. Por outro lado, identificamos entre pais e mães de crianças matriculadas em instituições privadas uma ênfase na Educação Infantil como oportunidade de desenvolvimento da criança na sua fase de desenvolvimento atual, um ambiente propício a interações com outras crianças, acesso a aprendizagens e cuidados diversos, uma complementação da ação familiar. Conforme os resultados, podemos dizer que as variáveis, nível de instrução e renda dos pais e mães influenciam na variação de suas representações sociais de Educação Infantil. Isto nos leva a reafirmar abordagem societal de Doise (2002), ou seja, que as representações são forjadas pelo contexto histórico, nos grupos aos quais os sujeitos estão vinculados. Em face do exposto, confirmamos que a abordagem societal é fértil para estudos no campo da educação

Palavras chave: Educação Infantil, Representações Sociais, Famílias.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. Ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. MEC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 1996.

BUJES, M. I. E. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAYDI, C., KAERCHER, G. E. **Educação infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artimed, 2001.

DOISE, W. Da psicologia Social a Societal. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 18, n.1,p.27-35, 2002.

HADADD, L. Políticas Integradas de Educação e Cuidado Infantil:desafios, armadilhas e possibilidades. **Cad. de Pesq.** v.36, n. 129, p.519-546. Set./dez. 2006.

KRAMER, S. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Cad. de Pesq.** São Paulo, (42), p.54-56, 1982.